



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos

1000426-40.2023.5.02.0088

Relator: IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 24/02/2025

Valor da causa: R\$ 98.327,51

Partes:

SUSCITANTE: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

SUSCITADO: TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ADVOGADO: CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO

RECORRENTE: MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES ZIPPERER

ADVOGADO: PEDRO MARCOS MACIEL

ADVOGADO: CAROLINA TUPINAMBA

RECORRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5 A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-17 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A.REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23 REGIAO

TERCEIRO INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24 REGIAO

AMICUS CURIAE: CONEXIS BRASIL DIGITAL - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE SERVICO MOVEL CELULAR E PESSOAL

ADVOGADO: VOLIA DE MENEZES BOMFIM

AMICUS CURIAE: CONFEDERACAO NAC DE SAUDE HOSPITAIS ESTB E SERVICOS

ADVOGADO: CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO

AMICUS CURIAE: FEDERACAO NACIONAL DOS BANCOS

ADVOGADO: FABIO LIMA QUINTAS

AMICUS CURIAE: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA

ADVOGADO: ALEXANDRE VITORINO SILVA

AMICUS CURIAE: UNIÃO FEDERAL (AGU)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep - 1000426-40.2023.5.02.0088

SUSCITANTE : MINISTRO ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA - PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SUSCITADO : TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ADVOGADO : Dr. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO

RECORRENTE : MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA

ADVOGADO : Dr. FABRICIO GONCALVES ZIPPERER

ADVOGADO : Dr. PEDRO MARCOS MACIEL

ADVOGADA : Dra. CAROLINA TUPINAMBA

RECORRIDO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CUSTOS

LEGIS : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5 A REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14A REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-17 REGIAO

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18 REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19 REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A.REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23 REGIAO**

TERCEIRO

INTERESSADO: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24 REGIAO**

AMICUS

CURIAE : **CONEXIS BRASIL DIGITAL - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE
SERVICO MOVEL CELULAR E PESSOAL**

ADVOGADA : Dra. VOLIA DE MENEZES BOMFIM

AMICUS

CURIAE : **CONFEDERACAO NAC DE SAUDE HOSPITAIS ESTB E SERVICOS**

ADVOGADO : Dr. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO

AMICUS

CURIAE : **FEDERACAO NACIONAL DOS BANCOS**

ADVOGADO : Dr. FABIO LIMA QUINTAS

AMICUS

CURIAE : **CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA**

ADVOGADO : Dr. ALEXANDRE VITORINO SILVA

AMICUS

CURIAE : **UNIÃO FEDERAL (AGU)**

IGM/cgf/vb/igm

DECISÃO

I) AMPLIAÇÃO DO TEMA DO IRR

A sistemática dos recursos repetitivos, introduzida pela Lei nº 11.672/08 e aprimorada pelo Código de Processo Civil de 2015 (arts. 1.036 a 1.041), visa solucionar o excesso de processos com idêntica questão de direito, concorrendo para tornar a jurisprudência dos Tribunais **estável, íntegra e coerente** (art. 926 do CPC).

Nesse sentido, a natureza desse incidente transcende o interesse meramente individual das partes do recurso paradigma, assumindo nítido caráter de **interesse público** (cfr. **SZELBRACIKOWSKI, Daniel Corrêa**, "Limites do recurso repetitivo devem ser estabelecidos", Consultor Jurídico - ConJur, 8 de janeiro de 2013).

Isso significa que, uma vez admitido o recurso para julgamento sob o rito dos repetitivos, o tribunal deve analisar a **questão jurídica em sua totalidade** e não apenas nos estritos limites dos argumentos e dispositivos legais prequestionados no caso concreto, tendo, portanto, uma **causa de pedir aberta**, alinhado ao que há muito ocorre no STF nas ações de controle de constitucionalidade (cfr. **DUTRA, Larissa Cavalcanti da Rocha**, "A causa de pedir aberta na ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal Brasileiro", Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, 2021).

Assim, debruçando-se quanto ao **cerne da discussão** proposta no precedente em análise e quanto aos **aspectos fáticos relacionados** que surgiram durante a **instrução do incidente**, constato a necessidade de **ampliação da tese** delimitada no **Tema 154** da Tabela de precedentes desta Corte, antes, portanto, do seu julgamento de mérito, visando à **expansão do objeto do incidente de recurso de revista** para possível **revisão** ou **reafirmação** da própria **Orientação Jurisprudencial 385 da SBDI-1 do TST**, com vistas a imprimir efeito vinculante à tese jurídica firmada.

Dessa forma, para **uniformização da jurisprudência** de maneira abrangente e coerente, e para coletivização da controvérsia, propõe-se, neste momento, a **ampliação e redefinição da tese jurídica após a sua afetação inicial**, para garantir que a tese fixada seja a mais completa possível, **evitando a necessidade de novos recursos repetitivos** para tratar de **nuances fáticas** referentes à **mesma controvérsia jurídica**.

II) DELIMITAÇÃO DO TEMA

A questão jurídica delimitada em 26/05/25, na decisão de afetação de págs. 793-794, nos termos do art. 284, I, do RITST, teve a seguinte redação:

O empregado que trabalha em edifício vertical cujo subsolo é comum a edifício adjacente, no qual são armazenados líquidos inflamáveis, tem direito ao adicional de periculosidade?

A citada questão, inicialmente submetida a julgamento no **Tema 154**, visava somente à análise da discussão sobre a **possibilidade de aplicação extensiva** do entendimento da **Orientação Jurisprudencial 385 da SBDI-1 do TST** aos casos de **prédios adjacentes ligados por subsolo em comum**.

Veja-se que a referida Orientação Jurisprudencial estabelece que o empregado **tem direito ao adicional de periculosidade** se trabalhar em **qualquer parte interna de uma construção vertical** (edifício) em que o líquido inflamável seja armazenado em **quantidade acima do limite legal**, mesmo que o **tanque esteja em um pavimento diferente do seu local de trabalho**.

Assim, tendo em vista que o verbete refere como sendo de risco *"a área interna da construção vertical"*, o que se pretende, com base no mesmo raciocínio, é discutir se a referida área de risco incluiu a **área interna de prédios adjacentes com subsolo em comum**.

Dessa maneira, neste cenário de **discussão jurídica e interpretativa** sobre a aplicação do adicional de periculosidade aos trabalhadores **no caso de subsolo comum a edifícios adjacentes**, percebe-se a **necessidade de analisar o próprio entendimento firmado na OJ 385 da SBDI-1 do TST**, que considera como **área de risco toda a edificação**, independentemente de o trabalhador estar **diretamente exposto à substância inflamável**.

Nesta perspectiva, portanto, estabelece-se uma **nova delimitação temática** para **parametrizar** as possibilidades de reconhecimento do direito ao **adicional de periculosidade**, englobando tanto o aspecto da **parte interna de uma construção vertical**, como a hipótese de agregar o **prédio adjacente ligado ao subsolo em comum**.

Ademais, vale ressaltar a necessidade de firmar a interpretação a ser dada à **OJ 385 da SBDI-I do TST**, considerando os **aspectos materiais da organização do espaço de trabalho** e do **grau de exposição do trabalhador aos agentes perigosos**.

Destaca-se que a **concessão do adicional de periculosidade** está diretamente condicionada à verificação precisa do seu **fato gerador**, ou seja, se o trabalho do empregado é exercido efetivamente em área de risco e se a abrangência do risco inclui todo o prédio vertical, corredores e área interna do próprio prédio, e até os prédios adjacentes e seus subsolos, sem se olvidar da **análise normativa da questão**, prevista nas **Normas Regulamentares** que tratam da matéria.

Assim, eventual **reafirmação** da **OJ 385** dará à tese jurídica nela inserida **efeito vinculante**. Ou, se for o caso de **revisão**, ter-se-á um verbete único tratando da questão em suas dimensões vertical (mesmo edifício) e horizontal (edifício adjacente).

Desta feita, determino **nova delimitação do tema**, englobando os aspectos acima demonstrados, para fins de dirimir a seguinte questão jurídica a ser submetida a julgamento:

O trabalho em edifício em que se armazene líquido inflamável acima do limite legal, constatado por perícia técnica, gera o direito ao adicional de periculosidade também ao empregado que trabalha em andar diverso do armazenamento (dimensão vertical) ou em edifício contíguo com subsolo comum (dimensão horizontal)?

Nesse cenário, é preciso rever toda a **questão do risco efetivo do dano**, sendo que a **perícia judicial** revela-se instrumento imprescindível para a correta avaliação do risco efetivo de explosão e do raio de comprometimento estrutural, bem como quanto à interligação física entre os ambientes frente às **Normas Regulamentares** pertinentes.

Destaque-se que a necessidade de abrangência maior do tema, para incluir a própria OJ 385 da SBDI-1 do TST decorre também do fato de que, desde a sua edição, **muitas das NRs do Ministério do Trabalho foram alteradas**, com impacto no referido verbete, sem que a

jurisprudência as tenha enfrentado.

III) PROCESSOS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA

Nos termos do **art. 283, parágrafo único, do RITST**, o Relator poderá selecionar **outros** recursos representativos da controvérsia.

No caso, diante da ampliação do referido tema, seleciono o **RR-1000585-30.2023.5.02.0040** como **representativo da controvérsia**, oriundo do TRT da 2ª Região, a mim distribuído e concluso, apontando possível contrariedade à Orientação Jurisprudencial 385 da SBDI-1 do TST, tendo sido consignado no acórdão regional que a recorrente laborava no mesmo prédio (construção vertical) onde estavam localizados 2 tanques não enterrados (aéreos), com capacidade de 5.000 litros.

IV) REABERTURA DE PRAZO

Para assegurar a **dialeticidade e a legitimidade da decisão** a ser proferida, **deferida a ampliação da tese** e seus contornos fáticos, é necessária a **reabertura de prazo para manifestação** sobre os novos pontos da controvérsia **pelas partes dos processos representativos**, do MPT e dos *amici curiae* que já **tiveram seu ingresso anteriormente deferido**.

Ademais, também se faz necessária a **expedição de ofícios** aos **Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho** para que **enviem informações relevantes** em relação ao complemento do tema do precedente e o exame da questão pelos **Tribunais Regionais do Trabalho**, até para que **indiquem novos representativos da controvérsia** ora ampliada.

V) CONCLUSÃO

Diante do exposto, determino:

a) a **nova delimitação do tema** para:

O trabalho em edifício em que se armazene líquido inflamável acima do limite legal, constatado por perícia técnica, gera o direito ao adicional de periculosidade também ao empregado que trabalha em andar diverso do armazenamento (dimensão vertical) ou em edifício contíguo com subsolo comum (dimensão horizontal)?

b) a **reabertura do prazo de 15 (quinze) dias** para apresentação de **parecer do Ministério Público do Trabalho** e **manifestação** pelas **Partes dos processos indicados como representativos da controvérsia** e pelos *amici curiae*, sobre a alteração e extensão do tema;

c) a manutenção da **dispensa** de realização de **audiência pública**; e

d) a **admissão** do Processo **RR 1000585-30.2023.5.02.0040**, de minha relatoria, como representativo da controvérsia ampliada.

À Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SETPOESDC) para cumprimento das seguintes determinações:

a) proceder à **alteração do tema** na tabela de precedentes desta Corte;

b) proceder à **reautuação** do Incidente para constar o Processo **RR-1000585-30.2023.5.02.0040**, como recurso representativo da controvérsia do Tema 154, nos termos do art. 283 do RITST, bem como ao **apensamento** do referido processo representativo a estes autos;

c) **intimar as Partes dos processos indicados como representativos da controvérsia** e os habilitados como *amici curiae*, que já tiveram seu ingresso deferido, para que se **manifestem no prazo de 15 (quinze) dias** sobre a alteração e extensão do tema;

d) **intimar o Ministério Público do Trabalho**, para apresentar **parecer**, no prazo de **15 (quinze) dias**;

e) encaminhar **cópia** desta **decisão**, para **ciência**, aos **Ministros do Tribunal Superior do Trabalho**; e

f) **expedir ofícios** aos **Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho** para que **enviem informações relevantes** em relação ao complemento do tema do precedente e para o exame da questão pelos **Tribunais Regionais do Trabalho**, inclusive para que **indiquem novos representativos da controvérsia** ora ampliada.

Após, voltem-me os autos conclusos para **exame do mérito** do incidente.

Publique-se.

Brasília, 6 de novembro de 2025.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Ministro Relator

